



## **CONSTRUINDO O VÍNCULO REPRESENTATIVO: O HGPE NA CAMPANHA PARA O SENADO<sup>1</sup>**

*Carolina Almeida de Paula<sup>2</sup>*

---

**Resumo:** *O objetivo do paper é atentar para os múltiplos estilos de vínculo representativo com os eleitores na retórica dos candidatos ao senado no HGPE. A fonte de pesquisa são os programas dos candidatos do Rio de Janeiro ao Senado Jorge Picciani e César Maia na campanha de 2010. Estes foram ao ar em rede nacional de 17 de agosto a 30 de setembro – das 13h35 às 13h50 e das 21h05 às 21h20, nas segundas, quartas e sextas-feiras. O HGPE enquanto objeto de pesquisa nos estudos envolvendo eleições, e campanhas em geral, constitui-se na agenda acadêmica desde os anos 90. Contudo, até o momento, a atenção dos pesquisadores foi predominantemente destinada à disputa para cargos Executivos. No que toca ao Legislativo as eleições proporcionais foram beneficiadas, deixando uma lacuna em relação ao pleito majoritário senatorial. Percebe-se que a campanha de senadores envolve certo desconhecimento também no âmbito da ciência política, haja vista a escassa bibliografia da temática. O trabalho proposto inovará ao preocupar-se em compreender os estilos de representação política desenvolvidos pelos candidatos ao Senado, a idéia é construir categorias analíticas próprias, porém, de perfil exploratório.*

**Palavras-Chave:** Representação política; HGPE ; Senado Federal

---

### **Apresentação**

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) enquanto fonte de pesquisa nos estudos envolvendo eleições, e campanhas em geral, constitui-se na agenda acadêmica desde os anos 90. Albuquerque (1999) e Figueiredo et alli (2000) foram os primeiros a desenvolver categorias de análise para o HGPE, criaram a base metodológica aplicada, ainda hoje, por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia e Eleições do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política (IESP-UERJ), bolsista CNPq.

diversos autores no âmbito da comunicação política. Contudo, até o momento, a atenção dos pesquisadores foi predominantemente destinada à disputa para cargos Executivos. No que toca ao Legislativo as eleições proporcionais foram beneficiadas, deixando uma lacuna em relação ao pleito majoritário senatorial. Percebe-se que a campanha de senadores envolve certo desconhecimento também no âmbito da ciência política, haja vista a escassa bibliografia da temática.

O objetivo do *paper* consiste em pensar o HGPE no que tange às múltiplas formas de construção do vínculo representativo entre os candidatos ao Senado – pelo estado do Rio de Janeiro – e os eleitores. Não se trata aqui de uma análise das estratégias de campanha dos onze candidatos ao Senado, nem de uma amostra estatística das mesmas, mas sim de um primeiro esforço analítico em identificar as especificidades no uso do HGPE pelos aspirantes ao mandato de senador.

A questão que motivou a pesquisa diz respeito à complexidade das atribuições que permeiam o mandato dos senadores no Brasil. Três seções estruturam o texto. Na seção inicial apresento a configuração institucional legislativa no que se refere às funções dos senadores da República. Na segunda seção, ao introduzir o HGPE no debate, busco compreender de quais maneiras as atribuições representativas são explicitadas no momento eleitoral. Farei uma exposição, bastante genérica, enquanto um instrumento ilustrativo de uma pesquisa que está em desenvolvimento de como as funções representativas “apareceram” na propaganda eleitoral de dois candidatos ao Senado, Jorge Picciani (PMDB) e César Maia (DEM). Na terceira, e última parte do texto, proponho algumas categorias conceituais, ainda embrionárias, para analisar concepções de representação política através do HGPE.

## **I. Os senadores da República e suas atividades**

Backes (1998) destaca que desde a Constituição de 1891 o Senado dispunha de significativas competências legislativas no processo decisório, atuando como Casa revisora. Anteriormente ao modelo organizacional federativo no Brasil – que surge em 1891 com a

proclamação da República – o Senado já estava presente na política nacional. Contudo, sua função era representar “interesses mais estáveis do país” (Backes, 1998). É possível especular que decorre desta antiga função uma espécie de imaginário do Senado enquanto a Casa conservadora frente à Câmara dos Deputados. Sobre a definição dos nomes que ocupariam os assentos do Senado, os candidatos após passarem pelas eleições precisavam do crivo do Imperador dentre uma lista tríplice. O cargo era vitalício e cada província tinha tantos senadores quantos fossem a metade dos respectivos deputados (Backes, 1998:52). Similarmente ao que ocorre hoje, a iniciativa de leis era permitida por ambas as Casas – Senado e Câmara dos Deputados – mas, de acordo com Backes, havia um número maior de prerrogativas para a Câmara, especialmente em matérias orçamentárias.

Ao findar o Império, o Senado passou a legislar tal como a Câmara em reformas constitucionais, e desde então seus membros representam os estados, conquistando legitimidade por serem eleitos diretamente em um sistema eleitoral majoritário.

Atentar para as funções do Senado via mudanças constitucionais permite notar o quanto esta instituição progressivamente aumentou suas atividades ao longo do tempo<sup>3</sup>. Backes (1998) salienta a importância de observar a Constituição de 1934 devido à intensa discussão em torno da adoção, ou não, do modelo bicameral pelos constituintes, na época cogitou-se transformar o Senado em um Conselho Federal. Apesar da diminuição das atribuições legislativas em relação à Câmara, o Senado ampliou os seus poderes ao ficar responsável pela autorização dos empréstimos externos aos estados e à nomeação de funcionários (Backes, 1998:55). Pode-se dizer que na Constituição de 1934 a função federativa do Senado predominou à legislativa.

Na Constituição de 1937 houve um esvaziamento dos poderes do Senado e da Câmara, tendo em vista a extrema centralização em torno do Presidente da República (Backes, 1998:58). O Senado se transformou em Conselho Federal e os membros da Câmara

---

<sup>3</sup> A Constituição de 1934 é exceção, houve inclusive uma diminuição dos poderes da Câmara Alta.

foram eleitos por voto indireto. É sabido que ao fim do Estado Novo, em 1945, o poder Executivo ampliou suas prerrogativas legislativas (Santos, 2003). Quanto ao Senado, este não conquistou a iniciativa de lei financeira como ocorre hoje, porém ganhou poderes ao resgatar suas antigas competências advindas da Constituição de 1934. Novamente se torna o órgão autorizador de empréstimos aos estados, além da permissividade constitucional para suspensão – total ou parcial – de lei ou decreto declarado inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Backes, 1998:60)

Durante o regime autoritário militar (1964-1985) o fortalecimento do Poder Executivo foi algo notório, são várias as novas atribuições presidenciais: o direito à expedição de decretos-lei; a iniciativa na proposição de emenda constitucional; a solicitação de urgência para seus projetos (Santos, 2003). Neste período a Câmara perde sua exclusividade em iniciar legislação sobre matéria financeira e efetivo de militares. No que tange ao Senado, este começou a legislar conjuntamente à Câmara em projetos oriundos da Presidência (Backes, 1998:61)<sup>4</sup>.

A literatura envolvendo a Constituição de 1988 é consensual quanto à permanência de vários poderes legiferantes do Executivo estabelecidos durante o regime militar (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2003). Não é oportuno reproduzir aqui tais argumentações<sup>5</sup>, mas é fundamental perceber que a Câmara dos Deputados perdeu gradualmente seus poderes legislativos exclusivos ao longo das mudanças constitucionais. Neste jogo de novas definições e poderes das instituições políticas, o Senado também sofreu alterações no que se refere às suas prerrogativas. Assim, de uma instituição de perfil consultivo, que servira essencialmente na preservação dos interesses estáveis da elite política durante o Império, pode desempenhar diversas funções legislativas com o passar das décadas.

---

<sup>4</sup> É deste período a figura do *senador biônico*, eleitos indiretamente em 1978 por um colégio eleitoral.

<sup>5</sup> Em Paula (2010) há um levantamento bibliográfico dos principais argumentos envolvendo, entre outros temas, os poderes do Legislativo e do Executivo.

Contudo, para além das atividades legislativas expressas na Constituição, é importante atentar para os dois conjuntos de atividades/funções dos senadores, chamadas aqui de *intra Senado Federal* e *extra Senado Federal*. O quadro 1 sintetiza as mesmas:

### Quadro 1 – ATIVIDADES E RELAÇÕES DOS SENADORES DA REPÚBLICA

“INTRA” SENADO FEDERAL	“EXTRA” SENADO FEDERAL
<p><b>Atividades legislativas ordinárias no Senado:</b> Sessões (deliberativas, não deliberativas, especiais;) e Comissões (permanentes; temporárias)</p>	<p><b>Atividades no estado eleitoral de origem:</b> dinâmica do gabinete no próprio estado federativo.</p>
<p><b>Relações com os agentes políticos do Senado:</b> demais senadores (geral); senadores do seu estado; senadores do seu partido; senadores da base aliada/oposição.</p>	<p><b>Relações com os agentes políticos do estado eleitoral de origem:</b> deputados federais do estado; deputados estaduais, governador, prefeitos e vereadores.</p>
<p><b>Relações com as instituições internas do Senado:</b> mesa diretora e presidência da Casa.</p>	<p><b>Relações com agentes não políticos:</b> empresários; ONGs; sociedade civil (eleitores).</p>
<p><b>Relações com a mídia institucional do Senado:</b> TV Senado; portal da internet; jornal e rádio.</p>	<p><b>Relações com o Executivo Federal e burocracia do Estado:</b> presidente; ministros; secretários; gestores públicos.</p>
	<p><b>Atividades internacionais:</b> encontros e reuniões fora do Brasil.</p>
	<p><b>Relações com a mídia (geral):</b> televisão, jornais, rádio, internet.</p>

Fonte: elaboração própria

A leitura do quadro 1 demonstra que o Senado expressa uma casa legislativa com funções, em grande medida, similares à Câmara dos Deputados. Assim, parece razoável suspeitar da afirmação dualista de que o Senado “representa os estados” e a Câmara dos Deputados “representa o povo”. Se no pós-88 o Senado legisla em sessões conjuntas à Câmara dos Deputados, até que ponto seu papel representativo também não sofreu mutações? A próxima seção foca num momento específico, e de certa forma fundamental, da discussão sobre a representação política dos senadores, trata-se da questão do estabelecimento do vínculo entre os futuros mandatários e seus eleitores.

## **II. O HGPE e a construção do vínculo representativo**

O estudo da representação política, especialmente enquanto discussão conceitual vem ao longo dos séculos mobilizando os teóricos da política em torno da temática “mandato-independência”. Pitkin (1972) na conhecida obra “O conceito de representação” desenha um viés de análise em que a representação política ultrapassaria a dinâmica entre pessoas – representante e representado – e surge no debate enquanto um arranjo institucional e também uma atividade social. O caráter inédito da representação política em Pitkin – para além do esforço da autora em desdobrar a origem etimológica do conceito – permitiu que fosse inaugurada uma série de questionamentos teóricos, em boa medida normativos, sobre a autonomia do representante perante o representado. Contudo, são escassas as pesquisas empíricas que pretendem, ao mesmo tempo, observar em um determinado sistema político os diversos aspectos dessa questão da autonomia que o conceito de representação política lança luz. Por exemplo, pouco se sabe como é operacionalizado pelos representantes o estabelecimento do vínculo representativo no momento eleitoral. Afinal, quais seriam os termos do “contrato”? Esse “contrato” ocorre num canal direto (representante- representado) ou passaria por partidos, grupos de interesse, ou mesmo região geográfica da circunscrição eleitoral?

Em qualquer sistema político representativo o momento eleitoral consiste em elemento chave para pesquisar os contornos da representação política, pode-se analisar: o

conjunto de regras que transformam os votos em cadeiras – e demais questões que conformam o sistema eleitoral –; o contexto partidário – alianças e coligações, por exemplo –; o comportamento dos eleitores; as campanhas eleitorais propriamente ditas; entre diversas outras temáticas. Neste trabalho escolhi pesquisar como ocorreu a construção do vínculo representativo durante o HGPE de dois candidatos ao senado em 2010 no estado do RJ.

Atentar para o HGPE dos candidatos ao Senado se torna um exercício interessante de pesquisa quando se tem em vista a peculiaridade do cargo em disputa. São dois os motivos que instigam a análise: (1º) a questão da hibridização da representação política dos senadores, isto é, a representação espacial/territorial do respectivo ente federativo justaposto o lugar de representante dos cidadãos/eleitores no Congresso Nacional – tal como os deputados federais; (2º) interessa aqui conhecer mais sobre o processo de capilaridade do cargo senatorial e as bases de apoio da campanha (lideranças políticas do estado, membros do partido e/ ou da coligação, parcerias com os demais candidatos a outros cargos em 2010 ou mesmo outros candidatos ao Senado, tendo em vista a permissividade de dois votos para a Câmara Alta).

Devido a temporária inacessibilidade a todos os programas eleitorais dos candidatos, a saída encontrada consistiu em analisar 17 vídeos dos candidatos César Maia (DEM) e Jorge Picciani (PMDB)<sup>6</sup>. Tendo em vista que o objetivo principal limita-se a desenhar categorias de pesquisa, não avaliarei as estratégias de comunicação dos mesmos. Antes de expor alguns detalhes sobre os vídeos, cabe mencionar alguns pontos importantes sobre a eleição senatorial. Os 81 senadores que compõe o Senado Federal são eleitos por um sistema eleitoral majoritário de turno único para um mandato de oito anos, assim, cada estado federativo do país tem direito a eleger três senadores. A eleição de 2/3 dos membros da Casa acontece em dada eleição e, passado algum tempo, há nova disputa para ocupar a fração restante das vagas. Em 2010 cada eleitor pôde votar em até dois candidatos. No caso do estado do RJ, foram homologadas onze candidaturas para o Senado Federal.

---

<sup>6</sup> Os vídeos encontram-se no site youtube. São dez programas do candidato César Maia e sete de Jorge Picciani. Os demais programas serão analisados assim que o DOXA-IESP concluir a organização do material e disponibilizá-los para pesquisas acadêmicas.

Em relação ao HGPE, de acordo com as regras da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão – Lei 12.034/09 – o tempo total referente ao cargo de senador é de 00h15min nas eleições em que a renovação do Senado Federal se der por 2/3. Sobre a distribuição do tempo entre os candidatos, a legislação prevê que 1/3 seja igualitário e 2/3 proporcionais, esta proporcionalidade se dá em consonância à representatividade na Câmara dos Deputados, tomando como base a data de posse da última legislatura. Vale ressaltar que o tempo de propaganda é concedido ao partido, ou seja, não é destinado diretamente ao candidato e a ordem de entrada de cada partido/coligação é definida por sorteio.

Nas eleições de 2010 o HGPE dos senadores foi ao ar em rede nacional de 17 de agosto a 30 de setembro – das 13h35 às 13h50 e das 21h05 às 21h20, nas segundas, quartas e sextas-feiras. Quanto aos programas eleitorais aqui analisados, dos candidatos Jorge Picciani e César Maia, estes tiveram direito, respectivamente, à 3min26seg e 2min24seg. Para ilustrar as categorias que serão descritas na próxima seção do texto, farei alguns comentários sobre dois aspectos dos vídeos<sup>7</sup>: (1) temas e estrutura dos programas e (2) caracterização das atividades do agente político senador.

Sobre os *temas e estrutura dos programas* destaco a grande diferença entre os candidatos. O candidato do DEM, César Maia, apresentou em todos os programas um “tema-problema”, isto é, questões clássicas de campanhas políticas, tais como o problema das drogas, o saneamento básico, a saúde e a educação. Vistas sempre sob um ângulo negativo, no que diz respeito ao enfrentamento e solução pelos atuais mandatários, César Maia dispunha de uma estrutura de comunicação padrão dentre o conjunto de vídeos observados. Os programas iniciavam com uma contagem regressiva (5: trabalho; 4: inteligência; 3: coragem; 2: visão; 1: experiência), tais pontos permeavam também todo o programa. Assim, cada vez que um problema era levantado – por exemplo, elevado índice de consumidores de drogas,

---

<sup>7</sup> Existe uma ampla literatura sobre análise do discurso político televisivo e também referente à análise das estratégias comunicativas no HGPE. Minha intenção nesta parte do texto é bastante modesta, por isso não uso nenhuma metodologia específica, desejo apenas expor ao leitor um panorama dos programas eleitorais.

perda econômica do Rio de Janeiro na disputa dos royalties do petróleo, sistema de saúde deficiente, entre outros – um destes 5 pontos saltava na tela enquanto um atributo pessoal e positivo de César Maia. Após essa contagem regressiva um único problema era escolhido e retratado durante todo o programa, geralmente baseado em depoimentos emocionados de populares “vítimas” das políticas públicas deficientes. A estrutura dos programas foi basicamente: (1º) recorte de um problema grave no estado, (2º) na sequência apresentava-se depoimentos destes cidadãos-vítimas dirigidos à figura de César Maia, (3º) por fim, havia a garantia de César Maia da resolução do problema através da trajetória pregressa do candidato enquanto ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Essa garantia se solidificava na figura do próprio candidato ao enaltecer seus antigos programas na prefeitura, ou então, através de depoimentos entusiasmados de eleitores outrora beneficiados por César Maia.

No caso de Jorge Picciani – candidato da coligação partidária encabeçada pelo PMDB – os temas dos programas, e a estrutura dos mesmos, foram totalmente diferentes. Os temas principais dos programas eleitorais não consistiram em problemas a serem solucionados, mas na questão da necessária urgência em unir o poder Legislativo e o Executivo na defesa, expressa de maneira superficial, dos “interesses” do estado do RJ. O debate da “união” foi o cerne de todos os programas analisados, tanto no que se refere à continuidade de uma gestão pública legislativa aliada ao governador Cabral, quanto na aliança com os prefeitos do interior do estado. A estrutura dos programas era formada por uma apresentadora – diferente do modelo de propaganda do candidato César Maia, que contava, e ainda assim muito raramente, somente com um locutor em off – e esteve alicerçada em depoimentos de lideranças políticas estaduais e federais. Depoimentos do governador Sérgio Cabral estiveram em todos os programas analisados, repetidas imagens junto ao ex-presidente Lula e também a então candidata presidencial Dilma Rousseff. Se o foco do HGPE de César Maia foram as políticas/obras da época em que ocupou o executivo municipal, no horário de Picciani foi o cargo de presidente da ALERJ o elemento fiador da campanha. Dessa forma, a rotina do candidato dentro da ALERJ; sua atuação na CPI das Milícias; na cassação do deputado Álvaro Lins; na redução das férias dos deputados estaduais, foram episódios exaustivamente

citados para a construção daquele que seria *o candidato companheiro do governador e com maior experiência legislativa* (frase dita pelo locutor em off).

Referente ao segundo aspecto presente nos programas eleitorais, *caracterização das atividades do agente político senador*, César Maia expôs diretamente ao eleitor sua concepção de representação política senatorial. Dedicou inclusive programas inteiros para explicar as funções do senador no Brasil, recheados de animações e ilustrações gráficas. Fazendo analogias ao futebol – “funções na política são como um time de futebol, eleitor deve escolher quem vai bem de ala, defesa, meio-de-campo” – explica as três funções do senador: (1) representar o estado *suprapartidariamente*; (2) julgar o presidente em caso de processo, nomear ministros do STF, nomear diretores do Banco Central, nomear embaixadores, nomear o procurador da República, nomear presidentes das agências regulatórias, aprovar tratados externos, empréstimos externos, empréstimos para o governo federal, estados e municípios; enfim, o *cargo de senador exige experiência acumulada, senioridade, maturidade, autoridade*; (3) a função política iguala o senador aos deputados federais, porém *são 81 senadores e 513 deputados federais, isso aumenta o poder do senador que equivale a seis deputados federais*. Em cada uma das três funções destaquei em itálico aquilo que mais aparece ao longo dos programas eleitorais de César Maria. É possível dizer que seria uma concepção de representação política sustentada por critérios extra-partidários – dada a quantidade de depoimentos de populares e uma comunicação entre o próprio candidato e eleitores/cidadãos –; um cargo que exige do candidato uma notável distinção – conhecimento e experiência – em relação aos outros cargos eletivos que configuram o sistema político brasileiro. Importante também notar a ausência de mediadores nos programas eleitorais de César Maia – prefeitos, vereadores, deputados – indicando que, para o candidato, o exercício do mandato senatorial seria independente dos demais políticos do Legislativo e Executivo. Há passagens que elucidaram claramente essa questão, por exemplo, quando afirmou *eu sei onde estão os recursos e sei como trazê-los para o estado*. Por fim, vale mencionar que ao dizer que *um senador equivale a seis deputados federais* ele posicionou o Senado em concorrência legislativa à Câmara dos Deputados, além de sugerir uma superior importância do cargo que pleiteava.

Quanto ao candidato Jorge Picciani, a exposição no tocante às funções senatoriais não tiveram o mesmo caráter didático observado nos programas do candidato César Maia. Contudo, a ênfase na união e parceria com o governador do estado, em boa medida também com o governo federal, expressou uma constante afirmação de que existiria um arranjo entre Executivo e Legislativo envolvendo todos os agentes políticos – inclusive os prefeitos – para que os recursos e interesses do estado fossem conquistados. Em outras palavras, a representação política dos senadores seria efetivada através de agentes mediadores, não sendo o vínculo direto com o cidadão. Afirmações de Picciani como *todos os prefeitos terão portas abertas em Brasília* ofereceram uma caracterização das atividades senatoriais intrínsecas aos municípios do estado do RJ. O programa eleitoral de Picciani explicitou a dinâmica e operacionalização do perfil federativo do sistema político brasileiro. Ou seja, haveria uma complexidade tanto no momento eleitoral, em que apoios e parcerias interconectariam Legislativos e Executivos, quanto no momento posterior à eleição, ao retratar o exercício do mandato de um Senador envolto por uma rede de agentes políticos.

Se o exercício descritivo dos programas eleitorais de apenas dois candidatos já sugere que as funções dos senadores podem ser desenhadas bastante distintamente, dentre um conjunto de candidatos tal distinção e multiplicidade poderá ser ainda maior. Isso impulsiona pensar em categorias para análises futuras sobre a representação política envolvendo os senadores, é o que buscarei realizar na próxima, e última, seção do texto.

### **III. Representação política e um modelo analítico para o HGPE senatorial**

Albuquerque (1999) propôs um modelo de análise para compreender as especificidades do modelo de propaganda política no Brasil, tendo como objeto de estudo o HGPE dos candidatos à presidência em 1989. Ao discutir a temática, a construção da imagem do candidato e o ataque aos adversários na campanha de Afif, Collor e Lula o autor demonstrou o quão diferente foi o uso do HGPE pelos presidentiáveis. Figueiredo et alli

(2000) desenvolveram uma metodologia de análise para quantificar elementos de persuasão no HGPE, preocupados mais com explicações sobre resultados eleitorais os autores concentraram-se nas estratégias de campanha. Desde então, tal modelo vem sendo utilizado por uma parcela considerável de acadêmicos interessados em entender sucessos e fracassos eleitorais.

Conforme dito anteriormente, o uso do HGPE neste texto consiste em uma proposta alternativa aquelas encontradas na bibliografia. Conseqüentemente, considero razoável desenvolver categorias próprias que permitam visualizar o objeto em sua particularidade. O HGPE se conecta às características do sistema político brasileiro, por exemplo, a eleição dos senadores não é solteira, isto é, cabe ao eleitor decidir no mesmo dia o voto para presidente, senador, governador, deputado federal e deputado estadual. O que isso significa? Acredito que o sistema eleitoral – bem como a organização federativa da política no Brasil – precisa ser incluído ao discutir as campanhas para o Senado, tendo em visto que estas não ocorrem isoladamente. Ainda que o sistema de eleição dos senadores seja majoritário, sabe-se que as “dobradinhas” são comuns – especialmente entre governadores e deputados –, mas aos pesquisadores ainda não se interessaram em compreender como se desenvolveriam as alianças políticas numa campanha senatorial. Haveria “dobradinhas” também? Se sim, com candidatos a quais cargos, do mesmo partido? O HGPE pode ser um instrumento indicativo desses questionamentos.

Para analisar o HGPE dos candidatos ao Senado no que tange à representação política estabeleci quatro categorias:

- 1) **Debate da Campanha:** o objetivo é mensurar quais questões receberam atenção pelos candidatos. São duas variáveis: (i) políticas públicas (podem ser estaduais ou municipais); (ii) processo legislativo (toda a gama de reformas, por exemplo, tributária).
- 2) **Autonomia do mandato:** esta categoria intenciona apreender de quais maneiras o candidato vincula o cargo de senador aos demais agentes/instituições, podem ser de

três tipos: (i) aproximação com partidos políticos/coligação; (ii) aproximação dos eleitores como um todo; (iii) relação com segmentos do eleitorado.

- 3) **Apoios/lideranças:** busca-se identificar a existência de uma rede de apoios políticos. São duas variáveis: (i) institucionais, subtipos de perfil estadual (governador e deputados); municipal (prefeitos) e federal (presidente); (ii) sociais, os subtipos são ONGs, sindicatos, associações e cooperativas.
- 4) **Atenção ao processo eleitoral:** esta categoria busca compreender se os candidatos se interessam pela disputa política de uma maneira ampliada ou não. Duas variáveis compõem a mesma: (i) conexão com candidatos a outros cargos eletivos em jogo; (ii) isolamento da disputa eleitoral.

As categorias são originárias da discussão conceitual de representação política para compreender os dois principais motivos da pesquisa, já mencionados no *paper*: (1º) a questão da hibridização da representação política dos senadores, isto é, a representação espacial/territorial do respectivo ente federativo justaposto o lugar de representante dos cidadãos/eleitores no Congresso Nacional – tal como os deputados federais; (2º) o processo de capilaridade do cargo senatorial e as bases de apoio da campanha (lideranças políticas do estado, membros do partido e/ ou da coligação, parcerias com os demais candidatos a outros cargos em 2010 ou mesmo outros candidatos ao Senado, tendo em vista a permissividade de dois votos para a Câmara Alta). O quadro 2 faz a conexão entre as categorias e os interesses da pesquisa:

**Quadro 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DO HGPE SENATORIAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

<i>(1º) A questão da hibridização da representação política dos senadores</i>		
<b>CATEGORIA 1</b>	<b>CATEGORIA 2</b>	<b>PERGUNTAS DE PESQUISA</b>
Debate da Campanha	Autonomia do mandato	*A quem os senadores representam? Seu partido, região geográfica, eleitores ou municípios? **Qual a pauta política da campanha? O processo legislativo como um todo ou políticas públicas específicas?
<i>(2º) O processo de capilaridade do cargo senatorial e as bases de apoio da campanha</i>		
<b>CATEGORIA 1</b>	<b>CATEGORIA 2</b>	<b>PERGUNTAS DE PESQUISA</b>
Apoios/lideranças	Atenção ao processo eleitoral	*Em que medida o sistema eleitoral e o federalismo tem importância na construção do vínculo de representação expressos no HGPE? **Há “dobradinhas” e parcerias entre candidatos aos cargos em disputa ou a campanha é solitária?

Fonte: elaboração própria

Conforme afirmei ao longo do texto, neste momento não há amostra dos programas eleitorais dos senadores para discutir a pertinência e relevância do modelo, trata-se de uma primeira tentativa de sistematização de questões teóricas numa agenda de pesquisa empírica em andamento.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. **Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão.** Niterói - RJ: MCII - Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação - UFF, 1999.

BACKES, Ana Luíza. **Democracia e sobre-representação de regiões: o papel do Senado.** Dissertação de mestrado em Ciência Política, UnB, Brasília, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.** Rio de Janeiro: FGV, 1999

FIGUEIREDO, Marcus et. alli. *Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias.* In FIGUEIREDO, Rubens (org.) **Marketing Político e Persuasão Eleitoral.** Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, 2000.

PAULA, Carolina. *Para diversificar o estudo da conexão eleitoral no Brasil: uma agenda de pesquisa.* **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 1, no 1, Curitiba, 2010.

PITKIN, Hanna [1972]. *O Conceito de Representação.* In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos. **Política e Sociedade.** 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.